

Poder Legislativo custa R\$ 86 para cada pessoense; valor representa 1,4% do PIB da PB

Mais de R\$ 86. Este é o valor que cada morador de João Pessoa gasta com a manutenção das três esferas do Poder Legislativo, o que representa o gasto de 1,4% do Produto Interno Bruto paraibano. Mesmo assim, o pessoense é o quarto colocado na lista dos que pagam menos, com o menor custo sendo encontrado em São Paulo (R\$ 68,38) e o maior em Boa Vista, capital de Roraima (R\$ 224,70). Os dados são da Organização Não Governamental Transparência Brasil, que fez uma pesquisa através dos orçamentos de 2007 em cada município

Na Paraíba, cada deputado estadual custa mais de R\$ 2,4 milhões por ano, o que representa R\$ 202 mil mensais. Com um orçamento mais modesto, mas não menos acintoso, os vereadores de João Pessoa representam um custo anual de quase R\$ 960 mil, uma

média mensal de R\$ 80 mil. A média do país é de R\$ 1,6 milhão por vereador, sendo que o mais caro é o do Rio de Janeiro, custando R\$ 5,9 milhões por ano.

Além destas contas, a Transparência Brasil observou outras questões, principalmente relacionadas com a disponibilização dos dados para a consulta popular. Dentro deste aspecto, João Pessoa faz parte das 12 capitais em que o orçamento não está disponível em seu site na internet e o do estado, mesmo estando disponível no site, é acessado através de um link considerado de difícil acesso pela pesquisa. Além da Paraíba, os estados do Mato Grosso do Sul e Roraima e a cidade de Belo Horizonte estavam na mesma situação.

Quem ganha o maior pedaço do bolo dos recursos é o Senado, que reúne o menor número

de legisladores (81), mas recebe R\$ 2,6 bilhões, que se dividem em fatias de R\$ 33 milhões para cada um. O Congresso Nacional, que reúne 594 parlamentares, recebe um orçamento total superior a R\$ 6 bilhões, o que representa uma cifra de R\$ 10,2 milhões para cada um. Já nas Assembléias Legislativas, o orçamento total é de quase R\$ 4,9 bilhões, que na divisão entre os mais de mil parlamentares de todo o país, se transformam em R\$ 4,6 milhões. Com um total de 707 vereadores nas capitais brasileiras, as Câmaras Municipais recebem um volume de R\$ 1,4 bilhão, uma média superior a R\$ 2 milhões para cada um.

Todos os dados estão disponíveis no site da entidade, através do endereço www.transparencia.org.br, além de outros dados sobre a atuação dos parlamentares.

Parcela do Orçamento por Parlamentar

Em Brasília, por Senador: R\$ 33.092.200,28

81 Senadores = R\$ 2.680.468.223,00

Em Brasília, por Deputado Federal: R\$ 6.603.516,49

513 Deputados Federais = R\$ 3.387.603.958,00

Na Paraíba, por Deputado Estadual: R\$ 2.428.667,50

36 Deputados Estaduais = R\$ 87.432.030,00

Em João Pessoa, por Vereador: R\$ 959.943,14

21 Vereadores = R\$ 20.158.805,94

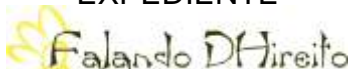
Fatia do bolo para cada pessoense = R\$ 86,61

Editorial

Nove anos depois, a primeira batalha foi vencida: por seis votos a um, o júri popular condenou o ex-deputado Aécio Pereira a 16 anos de prisão pela morte da estudante Márcia Barbosa. Ele garantiu o direito de ficar em liberdade até que seu recurso seja julgado, mas a decisão de júri, de alguma forma, já representa uma resposta aos apelos dos movimentos de defesa dos Direitos Humanos: não poderia se conceber que mais uma morte bárbara ficasse impune, em nome do poder econômico e político do réu. Enfim, começou a se fazer justiça.

O caso de Márcia, felizmente, começa a sair da lista dos crimes que representaram históricas violações aos Direitos Humanos e que têm ficado no esquecimento, com seus responsáveis soltos e nenhuma justiça feita. Que ela seja um símbolo de que lutar pela "justiça justa", que trata todos os cidadãos realmente como iguais em seus direitos e em seus deveres, ainda vale a pena. E se a impunidade para quem comete crimes comuns, mas tem influência suficiente, ainda é uma regra no Brasil, com este julgamento o brasileiro volta a ter esperança de que a justiça realmente seja cega. Restamos aguardar o resultado do recurso e desejar que a decisão seja mantida. Em nome da própria justiça.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos

Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Tele-fax: 3221-3014

www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br

Jornalista responsável:

Aline Oliveira (1963/PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1.000 exemplares

Apoio: Misereor

Impressão: F&A Gráfica e Editora

Alguém falou em Corrupção: Lições do Senado Brasileiro

Artigo de Eduardo Rabenhorst

Diretor do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba

Segundo o demógrafo francês J. C. Chesnais, ao contrário do que supomos, a violência diminuiu bastante nos últimos séculos. Tal afirmação provoca desconforto, pois ela se choca com a idéia que comumente fazemos das sociedades atuais. Contudo, é preciso entender que este desconforto resulta do fato de que não percebemos que "passamos da época da violência vivida à época da violência vista".

Na moderna cultura de massa, imagens violentas, reais ou ficcionais, se fazem cada vez mais presentes, criando um verdadeiro "mercado" que vive da produção e difusão da violência. O mesmo se pode dizer da corrupção, sobretudo no âmbito da sociedade brasileira. Como a violência, a corrupção não é uma qualidade intrínseca das condutas, passível de ser definida de maneira monolítica ou unidimensional.

Ao contrário, a corrupção é uma construção social; ela é uma qualidade atribuída no âmbito de um determinado contexto social e histórico, como também no quadro de uma referência normativa. A percepção contemporânea da corrupção foi ampliada não apenas do ponto de vista de sua intensidade (escândalos alimentam jornais, revistas e programas de televisão), mas igualmente na perspectiva de sua própria extensão conceitual.

E é exatamente a extensão do campo semântico que nos leva a crer que estamos frente a um constante e inelutável aumento do fenômeno. Contudo, o Brasil do século XXI não é mais corrupto que o Brasil do

“ Segredo não combina com democracia. Quanto mais segredo, mais corrupção. ”

século XIX (alguns usos do poder público para beneficiar particulares não seriam considerados corruptos naquela ocasião). Personagens como Renan Calheiros, convenhamos, fazem parte da nossa história desde a época do descobrimento.

Logo, nada de desespero. Duas são as lições que devemos tirar da absolvição do presidente do Senado. A primeira delas remonta à Beccaria: não é a intensidade da pena, mas a certeza dela que tende a diminuir o crime. E aqui, mais uma vez a comparação entre violência e corrupção é interessante. A violência existente hoje no Brasil tem apenas causas sociais ou estaria também ligada à impunidade? A Índia é bem mais pobre e desigual do que o Brasil, porém bem menos violenta.

A segunda lição, por sua vez, é a de que segredo não combina com democracia. Quanto mais segredo, mais corrupção, como costuma acontecer nos processos de licitação. Votações secretas no Senado significam apenas que o público é decidido fora do público. E o que é bem pior, na maior parte das vezes, contra o próprio público.

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na

Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Juristas Populares cobram audiência e ação do MP

Rede de Juristas Populares

A ausência dos representantes do Ministério Público Federal e Estadual no Encontro Estadual de Juristas Populares – Meio Ambiente e Direitos Humanos, realizado entre os dias 22 e 23 de setembro passado, provocou uma ampla discussão sobre o papel destes órgãos na defesa do meio ambiente. Os Juristas resolveram formar um comitê para elaboração de um documento relatando o que eles consideram omissão por parte dos órgãos que deveriam estar atuando como parceiros neste setor e cobrando uma audiência com os curadores. A principal queixa é o descaso em relação aos problemas da comunidade.

De acordo com a técnica da Fundação Margarida Maria Alves que acompanha a Rede de Juristas Populares, Cândida Moreira, além de cobrar mais participação do Ministério Público, os Juristas também vão fazer pressão junto às prefeituras. “Cada núcleo se

responsabilizou por buscar junto às secretarias competentes dados sobre os recursos e projetos existentes para questões ambientais e vão atuar no monitoramento da utilização deste dinheiro”, explica.

O principal alvo dos Juristas será o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que dispõe de recursos para saneamento básico e também para a revitalização de rios como o Sanhauá e o Jaguaribe. “A proposta é saber quanto de dinheiro existe, para que ele é destinado e se ele realmente está sendo aplicado corretamente”, conta Cândida. Segundo ela, esta é uma forma de evitar que se perca a oportunidade de resolver problemas graves que exigem grandes recursos.

Mas enquanto isso, as atividades que já vinham sendo realizadas têm continuidade, como as ações de educação ambiental desenvolvidas em Santa Rita e Bayeux. Em João Pessoa, os Juristas continuam articulados na realização do Encontro dos Rios, uma proposta que nasceu no Encontro Municipal e que está sendo tocada em parceria com outras entidades, entre elas a Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (Apan). Já em Forte Velho, a idéia de realizar um mini curso sobre meio ambiente

esbarrou na dificuldade de horários da comunidade e acabou se transformando em pequenas oficinas realizadas nos dias de assembleia da Associação de Moradores.

O Encontro ainda contou com a participação da professora de Engenharia Hidráulica do Centro Federal de Educação Tecnológica, Claudiana Leal, e da vereadora Paula Frassinete, que participaram das discussões sobre os problemas mais complicados e as formas de solução. Além delas, escolas de Tibiri, em Santa Rita, também encampam a discussão. “Vamos contar sempre com a contribuição de técnicos interessados no assunto. Já que as prefeituras não colaboram fornecendo dados sobre recursos, nós vamos lá e buscamos nós mesmos”, garante Cândida.

Encontro Estadual de Juristas Populares



Meio Ambiente e Direitos Humanos



Monitoramento - Juristas vão acompanhar o envio de recursos para projetos ambientais do PAC

Comitê quer levar educação em DH para interior

Com a promessa de dar início a uma série de atividades não apenas em João Pessoa, mas também em Patos, Cajazeiras, Sousa e Campina Grande, foi instalado no dia 20 de agosto o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos. A formalização do Comitê aconteceu em solenidade no auditório da reitoria da Universidade Federal da

Paraíba, mas a entidade vai funcionar no Núcleo de Direitos Humanos, um prédio recém construído ao lado da Central de Aulas.

O Comitê pretende difundir a discussão sobre os direitos humanos em diversos espaços de educação no estado. Ele é resultado de um longo processo de revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que teve início no ano passado, quando foi realizado um seminário para propor novas diretrizes para o documento. A discussão foi ampliada durante o Encontro Interamericano de Educação em Direitos Humanos, realizado em Brasília e para o qual a Fundação foi convidada por ser uma referência no setor.

Uma das representantes da Fundação no comitê, a advogada Anna Izabella Chaves, conta que a entidade vai compor a comissão de Educação Não Formal, previsto pelo Plano. A colocação é resultado da experiência da Fundação no projeto de formação jurídico popular, com o Curso de Formação de Juristas Populares, já reconhecido nacionalmente. O projeto está em sua oitava turma e já formou mais de 120 Juristas Populares, que atuam como multiplicadores do Direito dentro de suas comunidades.

“Estar no comitê é mais um reconhecimento do trabalho que fazemos na Fundação e que ele

pode ser ampliado por outras entidades”, acredita a advogada.

Entre as primeiras ações do comitê consta um curso de capacitação para educadores e gestores de educação, com o objetivo de sensibilizar este público e dar-lhe instrumentos para trabalharem com os direitos humanos dentro de sala de aula. Além disso, haverá também uma capacitação para os próprios membros do comitê, uma forma de nivelar os conhecimentos da entidade, e a criação de um balcão de direitos, que deve ser mantido com o trabalho de alunos do curso de Direito da UFPB. O trabalho será realizado através de uma parceria com o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

A proposta é fazer com que os Direitos Humanos sejam trabalhados em vários espaços, com metodologias apropriadas para cada público, sempre como tema transversal a outras temáticas. Assim, os educadores vão poder demonstrar, em sala de aula ou não, que a defesa destes direitos faz parte do cotidiano de todo cidadão.



Estrangeiras estagiam na Fundação

A Fundação está recebendo a mão de obra voluntária de duas estudantes estrangeiras este semestre. Uma delas é a alemã Sonja Heyer, de 23 anos e aluna de Ciências Sociais, que está no Brasil para cursar algumas disciplinas na UFPB e fica na entidade até o final do período letivo. A outra é a polonesa Magdalena Dabkowska, que deve chegar ao Brasil em novembro e também vai passar uma temporada na entidade. Ambas conheceram o trabalho da Fundação através de outros estrangeiros que indicaram a entidade para as estudantes.

Fesp e Fundação firmam convênio

Os alunos de Direito da Fesp Faculdades também vão poder concorrer nas próximas seleções de estagiário da Fundação, além de poderem fazer trabalho voluntário e contar as horas trabalhadas como estágio extra-curricular. A novidade é resultado do convênio de estágio, que foi assinado mês passado entre entidade e a faculdade. A parceria também pretende promover troca de conhecimentos e incentivar grupos de pesquisa que queiram trabalhar com Direitos Humanos.



Desafio - Educadores e gestores serão capacitados para levar os DH para escola

Defensoria Pública: que documentos levar?

Freqüente parceira da Fundação Margarida Maria Alves, a Defensoria Pública participou do Módulo de Organização do Poder Judiciário deste ano, no Curso de Formação de Juristas Populares, que aconteceu nos dias 28 e 29 de julho. Na ocasião, o coordenador do órgão, Manfredo Rosenstock, disponibilizou para a turma uma lista com todos os documentos

necessários para dar entrada em uma ação através da Defensoria. "Com esta lista, as pessoas ganham tempo porque já vão até o órgão com tudo em mãos, saltando uma etapa", avalia a coordenadora do curso, Anna Izabella Chaves. Por isso, o Falando D'Hireito disponibiliza a lista para seus leitores, para que ela seja ainda mais divulgada.



ACÇÃO DE ALIMENTOS

- Certidão de Nascimento ou de Casamento dos Pais;
- Certidão de Nascimento dos Filhos;
- Se o Menor tem Problemas de Saúde: atestados médicos, receitas, resultados, exames, etc;
- Nome e Endereço de três Testemunhas;
- Nome e Endereço Completo do Trabalho do Alimentante;
- Prova de Salário;
- Prova de Residência: conta de água, de luz, de telefone.

ACORDO DE ALIMENTOS, REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS E GUARDA

- Certidão de Nascimento ou de Casamento dos Pais;
- Certidão de Nascimento dos Menores;
- Identidade do Casal;
- Prova do Salário;
- Comprovante de Residência: conta de água, luz, telefone, etc.

SEPARAÇÃO CONSENSUAL

- Certidão de Casamento;
- Certidão de Casamento ou de Nascimento dos Filhos;
- Carteira de Identidade do Casal;
- Comprovante do Salário;
- Comprovante de Residência;
- Se houver bens: escritura

de compra e venda; promessa de venda ou cessão; certidão de RGI; declaração de associação de moradores, em se tratando de posse ou benfeitorias construídas; conta de telefone; certificado de propriedade do carro; comprovante do depósito de caderneta de poupança, etc.

SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA

- Certidão de Casamento;
- Certidão de Casamento ou de Nascimento dos Filhos;
- Carteira de Identidade do Requerente;
- Comprovante dos Ganhos;
- Comprovante de Residência;
- Provas Documentais: cartas, fotografias, registros de ocorrência, laudo de exame de corpo de delito, etc;
- Provas Testemunhais: três testemunhas (nome, endereço, identidade e profissão).

SEPARAÇÃO DE CORPOS

- Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento dos Filhos;
- Provas Documentais: cartas, fotografias, registros de ocorrência, laudo de exame de corpo de delito, etc;
- Provas Testemunhais: três testemunhas (nome, endereço, identidade e profissão);
- Prova de Residência;
- Prova dos Ganhos.

DIVÓRCIO CONSENSUAL/ LITIGIOSO

- Certidão de Casamento;
- Certidão de Casamento ou de Nascimento dos Filhos;
- Carteira de Identidade do Casal;
- Comprovante do Salário;
- Comprovante de Residência;
- Se houver bens: escritura de compra e venda; promessa de venda ou cessão; certidão de RGI; declaração de associação de moradores, em se tratando de posse ou benfeitorias construídas; conta de telefone; certificado de propriedade do carro; comprovante do depósito de caderneta de poupança, etc;
- Declaração de duas ou mais Pessoas, devidamente qualificadas, de que conhecem o casal e estão separados de fato há mais de dois anos (anexo), com firma reconhecida.

INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE:

aplicabilidade do art. 2º da Lei nº. 8560/92 – menores nascidos após a vigência da citada Lei, cuja paternidade não seja reconhecida

- Certidão de Nascimento ou de Casamento da Mãe;
- Carteira de Identidade;
- Certidão de Nascimento do Menor;
- Nome e Endereço Completo do Suposto Pai;
- Comprovante de Salário e de Residência.

Fundação divulga balanço e resultados de 2006

Mais de 1,6 mil pessoas beneficiadas através de pelo menos oito espaços de atuação. Este é um dos principais resultados da ação da Fundação Margarida Maria Alves, de acordo com o relatório financeiro e de atividades de 2006, encaminhado no mês de julho para a Curadoria das Fundações. O documento conta com uma cópia do balanço patrimonial da entidade

(confira tabela abaixo), em que se demonstra como os recursos obtidos através das diversas parceiras foram aplicados.

O projeto de maior alcance foi a Rede de Juristas Populares, que em 2006 beneficiou 559 pessoas. Mas, entre os destaques, logo depois vem o Fórum Nordestino de Reforma Urbana (FNERU), com 436 beneficiários. Já

o Fórum de Controle Externo do Judiciário (Focoej) beneficiou 232 pessoas. As reuniões das associações comunitárias de Casa Branca, em Bayeux, Mussumagro, em João Pessoa, e Forte Velho, em Santa Rita, também somaram quase 200 beneficiários. Todos eles participaram de reuniões e plenárias com a assessoria da Fundação.

BALANÇO PATRIMONIAL 2006

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Disponível		Fornecedores e Contas a Pagar	
Bancos Conta Movimento	130,00	Contas e Títulos a Pagar	52,80
Bancos Cta Movimento R Restritos	183,44	Outros Valores a Restituir	20.913,24
Aplicação Financeira Liq Imediata	7.496,18	Impostos Taxas e Contribuições	22,02
Aplicação Fin Liq Imed R Restritos	26.644,13		20.988,06
Almoxarifado	528,00	Obrigações Trabalhistas e Sociais	
	34.981,75	Pessoal e Encargos Sociais	3.176,63
Créditos		Recursos Proj Cont e Convênios	
Aplicação Fin a Prazo R Restritos	1.035,18	Entidade Internacional	329.587,90
Creditos Tributários	21,88		329.587,90
Outros Valores a Receber	20.950,42	Recursos de Proj Aplicados	
	22.007,48	Recursos Aplic Ent Internacional	(342.885,82)
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	56.989,23	Recursos Pend Cont Conv Encer	
		Recursos Entidade Internacional	21.249,22
ATIVO PERMANENTE		TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	32.115,99
Imobilizado		PATRIMÔNIO	
Bens Tangíveis e Intangíveis	97.966,72	Patrimônio social	
(-) Depreciação acumulada	(1.447,04)	Fundos de Instituição e Social	11.911,38
	96.519,68	Superavit ou Deficit Acumulado	118.749,28
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	96.519,68	Superavit ou Deficit do Exercício	(9.267,74)
TOTAL DO ATIVO	153.508,91	TOTAL DO PATRIMÔNIO	121.392,92
		TOTAL DO PASSIVO	153.508,91

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA BRUTA OPERACIONAL	
Receitas Ordinárias e Associativas	799,43
Venda de Bens e Serviços	2.985,00
	3.784,43
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	
Receita Líquida de Contribuições Ordinárias Associativas	799,43
Receita Líquida da Venda de Bens e Serviços	2.985,00
	3.784,43
SUPERÁVIT BRUTO OPERACIONAL	
Superávit Bruto Contribuições Ordinárias e Associativas	799,43
Superávit Bruto da Venda de Bens e Serviços	2.985,00
	3.784,43
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	
Despesas Administrativas	(16.148,82)
Despesas Financeiras	(1.879,41)
Receitas Financeiras	6.690,48
Despesas com Pessoal	(1.714,42)
	(13.052,17)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(9.267,74)

MP move 90 ações por falta de remédio ou demora no atendimento no SUS

Pelo menos 90 ações de obrigação de fazer para o fornecimento de medicamentos especiais ou realização de exames de alta complexidade estão sendo movidos pela Curadoria da Saúde, em João Pessoa. Eles refletem a observação da curadora Ana Raquel Beltrão de que as reclamações levadas ao órgão são basicamente motivadas pela demora no atendimento médico, tanto pelo Programa de Saúde da Família (PSF), quanto nos hospitais. "Cerca de 99% do público que nos procura é formada por usuários do Sistema Único de Saúde", conta.

Todo este trabalho da Curadoria, que foi instalada em junho do ano passado, só veio ganhar o conhecimento do público quando estourou a crise na saúde do estado, este ano, que culminou com a greve dos cardiologistas. Como a situação ficou insustentável, o Ministério Público teve que intervir e a população descobriu uma Curadoria específica para tratar de problemas relacionados ao atendimento em saúde. Mas para quem pensa que a dificuldade está localizada apenas no sistema de saúde, engana-se. "Não há condições humanas para

realizar o trabalho que se espera de nós", reclama.

Falta de tudo um pouco para que a Curadoria funcione plenamente, desde pessoal especializado em saúde pública até papel. "Precisamos de profissionais que nos ajudem a compreender a linguagem e os procedimentos médicos porque nossa formação é jurídica, não temos como tomar algumas decisões sem este suporte", justifica. Além da curadora, o órgão conta apenas com duas defensoras públicas, cedidas à Curadoria, e outras duas funcionárias que atuam no cartório.

Mesmo assim, Ana Raquel garante que todo cidadão que precisar procurar a Curadoria será atendido, como prevê a Constituição de 1988, que define a cobertura universal e integral de saúde aos brasileiros. E apesar de todas as dificuldades que ela observa no sistema, considerados frutos da política do governo em relação à saúde pública, ela avalia que houve avanços.

Um deles é a Lei Orgânica, de 1990, considerada bastante arrojada, mas que precisa ser colocada em prática. "E mesmo o PSF não funcionando como deveria, ele já representa um avanço na

assistência ao cidadão, que tem um atendimento um pouco melhor do que no modelo antigo, mas ainda há muito a ser feito", avalia.

Como acionar:

Curadoria da Saúde
(83) 2106-6106
Rua Rodrigues Chaves,
Centro, ao lado Hotel JR,
próximo ao Pavilhão do Chá
João Pessoa

Cabe à Curadoria:

- Velar pelo respeito à Lei Orgânica da Saúde;
- Fiscalizar a formação e o funcionamento dos Conselhos de Saúde e os repasses de recursos ao Fundo de Saúde do Estado e aos fundos municipais;
- Velar pela transparência no repasse e na aplicação de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, nos casos excepcionais de calamidade pública e situações emergenciais;
- Inspeccionar periodicamente a regularidade dos livros e guias de atendimento dos hospitais beneficiados pelo SUS;
- Inspeccionar o regular funcionamento das seções e equipamentos médicos de atendimento aos pacientes beneficiados pelo SUS, assim como verificar o cumprimento da carga horária por parte dos profissionais;
- Fiscalizar os estoques de medicamentos;
- Velar pela exigência da receita médica para aquisição de medicamentos e da presença de um farmacêutico nas farmácias;
- Inspeccionar locais destinados ao lixo hospitalar, atentando para as condições de armazenamento dos resíduos.



"Falta Estrutura" - Curadoria também não tem condições de fiscalizar o sistema



Curso de Juristas Populares é certificado como tecnologia social

A experiência de formação de Juristas Populares da Fundação Margarida Maria Alves está sendo certificada na edição 2007 do Prêmio de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil. Este ano, o Prêmio, que é a maior premiação do Terceiro Setor brasileiro, recebeu 782 inscrições, número recorde e quase 50% superior ao registrado no ano passado. Só no tema da educação, em que a Fundação Margarida Maria Alves concorreu, foram 358 propostas, mas apenas 32 delas foram certificadas. A próxima etapa do prêmio é a escolha das finalistas, que serão analisadas segundo critérios de mérito, efetividade e resultado alcançado.

Além da entidade, apenas dois outros projetos paraibanos conseguiram o mesmo resultado. Um deles foi a Universidade Federal da Paraíba, com um projeto de Produção Agroecológica, na área de meio ambiente. O outro foi o projeto Banco de Sementes Comunitárias, na área de alimentação, do Centro de Educação Popular e Formação Sindical, no município de Teixeira. Em todo o nordeste, foram apenas 36 certificações. Todas as 24 tecnologias sociais selecionadas na fase final receberão o troféu de "Finalista do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social - edição 2007".

Apenas oito tecnologias, no entanto, receberão o prêmio de R\$

50 mil e o resultado será divulgado em novembro. Os recursos devem ser aplicados na expansão, aperfeiçoamento ou replicação da tecnologia certificada. A premiação é concedida a cada dois anos com o objetivo de identificar, certificar, premiar e difundir tecnologias sociais, um conceito que compreende produtos, técnicas ou metodologias reprodutíveis. Elas devem ser desenvolvidas através da interação da entidade com a comunidade e representar soluções efetivas de transformação social.

A quarta edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social é realizada em parceria com a Petrobras, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e a KPMG Auditores Independentes. Para o gerente de Parcerias, Articulações e Tecnologia Social da Fundação BB, Luis Fumio Iwata, as tecnologias sociais certificadas revelam "o engajamento das organizações brasileiras na busca do desenvolvimento socioeconômico do país".

O Curso de Formação de Juristas Populares já está em sua oitava turma, com 30 alunos que participam de módulos e oficinas ao longo de um ano sobre as mais diversas áreas do Direito. A experiência já formou mais de 120 Juristas, atuando como multiplicadores do Direito em suas comunidades. O público

preferencial são lideranças comunitárias de João Pessoa, Santa Rita e Bayeux, além de outros municípios. Depois de formados, os Juristas trabalham dentro de seus próprios movimentos e de forma articulada através da Rede de Juristas Populares. O curso é totalmente gratuito e conta atualmente com o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos e Unesco.

Acontece

Outubro

6 e 7 - Módulo de Direito Trabalhista e Previdenciário
27 e 28 - Módulo Direito Penal

Novembro

10 e 11 - Módulo de Direito Urbano e Política Urbana
Visita aos juizados especiais

Dezembro

1 - Avaliação do Curso de Juristas Populares 2007
1 e 2 - Avaliação e Planejamento da Rede de Juristas Populares
7 - Formatura
10 - Dia Internacional dos Direitos Humanos

